

Declaração das Crianças, Adolescências e Juventudes da América Latina e Caribe

Em 24 de abril de 2023, na cidade de Santiago do Chile, ocorreu o Fórum de Crianças, Adolescências e Juventudes da América Latina e Caribe 2030 - edição 2023, atividade preparatória para o **VI Fórum de Países da América Latina e Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável** e o Fórum das Juventudes do ECOSOC. Esta reunião foi um marco no longo processo de engajamento na revisão e acompanhamento da Agenda 2030, promovido pelo Grupo de Crianças Adolescências e Juventudes do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil na Agenda de Desenvolvimento Sustentável, e que envolveu mais de 500 meninos, meninas, adolescentes e jovens de 7 a 35 anos, de mais de 20 países da região, de diversos grupos e comunidades.

Com base nas contribuições coletadas durante o processo, apresentamos as seguintes demandas e recomendações:

- Reconhecer nosso direito humano como elemento fundamental para o exercício do nosso direito humano ao desenvolvimento.
- Enfrentar os desafios de acesso à água, saneamento e tratamento de águas residuais; bem como mobilizar os recursos necessários para garantir a gestão integrada da água, incluindo as comunidades locais e as crianças, adolescências e juventudes na governança da água, considerando a cosmovisão dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo a organização comunitária. Declarar corpos d'água como sujeitos de lei e mobilizar recursos necessários para estabelecer mecanismos de monitoramento e regulação do uso da água, bem como garantir a aplicação efetiva das políticas existentes sobre o assunto e implementar políticas de desenvolvimento de infraestrutura e prevenção necessárias diante da crise hídrica e seus impactos, "para cada dólar investido em água limpa e saneamento, 8 são economizados em consequência do uso de água não contaminada."
- Os Estados devem garantir a proteção dos defensores do meio ambiente, garantindo a implementação efetiva do Acordo de Escazú. Instamos os Estados que ainda não ratificaram o Acordo a fazê-lo. Basta de criminalização e violência contra os defensores da nossa região!
- Mobilizar os recursos necessários para implementar processos educativos de qualidade relacionados à ciência, tecnologia e inovação. Enfrentar as dinâmicas atuais e futuras com uma abordagem intercultural, descentralizada, de raça e de gênero, permitindo a integração da região no mundo digital.

- Gerar padrões regionais para garantir o progresso tecnológico e o desenvolvimento da região. Implementar mecanismos de transparência e rastreabilidade da emissão de carbono para o desenvolvimento de tecnologias.
- Abordar as desigualdades regionais, de raça e de gênero que limitam o acesso à tecnologia, inovação e infraestrutura.
- Promover políticas e programas de longo prazo que mitiguem os impactos do progresso tecnológico sustentável sobre a matriz produtiva e o mercado de trabalho.
- Assegurar o acesso à energia acessível e sustentável para toda a população, independentemente da localização, condição socioeconômica ou raça, por meio da priorização de políticas públicas integradas e fundamentadas com metas que meçam o impacto da implementação de fontes renováveis do ponto de vista socioambiental, cultural e de acesso; e garantir a segregação dos dados de acesso às energias renováveis do ponto de vista da confiabilidade e do preço.
- Reduzir o investimento em energias poluentes, como combustíveis fósseis e fracking; e incentivar a utilização de energias renováveis, através de empreendimentos e empresas locais e alianças público-privadas, tendo em conta as comunidades presentes onde as novas infraestruturas serão implementadas. Além disso, o desenvolvimento de tecnologia local deve ser promovido para reduzir a importação técnica.
- Garantir uma transição energética justa e popular, com segurança energética que garanta não apenas a mudança de fontes de energia, mas também a luta contra a pobreza e as desigualdades. Assim como, que promova políticas que incentivem a geração distribuída para a descentralização do sistema.
- Ultrapassar a polarização e assegurar uma resposta regional à transição energética, de forma a evitar dependência energética ou neocolonialismo energético.
- Instamos a não cair na retórica extrativista de lítio para cobrir demandas de energia não sustentáveis, como frotas de veículos elétricos no Norte Global, que só deixam os custos sociais e ambientais no Sul Global.
- Investimento seguro em infraestrutura sustentável e resiliente, com uma abordagem universal que ofereça acessibilidade a todas as pessoas, não deixando para trás as áreas rurais.
- Mobilizar a vontade política e os recursos necessários para fortalecer o processo de transferência de tecnologia e promover o desenvolvimento da inteligência artificial, da robótica e das tecnologias de informação e comunicação. Isso deve contemplar a regulamentação da tecnologia por meio de códigos de ética.

- No caso específico da inteligência artificial, fazer com que os avanços nessa área conversem com os avanços de outras agendas e marcos de proteção de direitos, como a Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho e a Convenção 169 da OIT, direitos trabalhistas, entre outros.
- Proteger o patrimônio material e imaterial das cidades e garantir o direito à moradia digna por meio de programas habitacionais, combatendo processos de gentrificação e especulação imobiliária, de diferentes jurisdições, incluindo governos locais e municipais.
- Fortalecer a integração das áreas urbanas, periurbanas e rurais como elementos intimamente relacionados para o alcance do ODS 11.
- Desenvolver ações concretas de enfrentamento à corrupção como condição para o avanço da Agenda 2030 através do estabelecimento de mecanismos de transparência, prestação de contas e fiscalização, como gabinetes de fiscalização cidadã, tangíveis e acessíveis a crianças, adolescências e juventudes e a toda a população. Integrar as crianças, adolescências e juventudes de forma significativa nos processos de orçamento participativo.
- Os Estados devem garantir a transparência dos dados, bem como a criação e operação de sistemas de monitoramento e avaliação do progresso da Agenda 2030, garantindo a independência e participação da sociedade civil, infâncias, juventudes, academia, setor privado, setor público, entre outros.
- Garantir que o caminho a seguir, como o Fórum Político de Alto Nível, a Cúpula dos ODS, a Cúpula do Futuro e a criação do Escritório de Juventudes da ONU, tenha uma perspectiva regional e inclua crianças, adolescências e juventudes.
- Oficializar o Fórum de Crianças, Adolescências e Juventudes 2030 como parte do Fórum dos Países da América Latina e Caribe, transformando este espaço e processo em uma perspectiva intergeracional. Da mesma forma, instamos a mobilização dos recursos necessários para garantir a participação das crianças, adolescências e juventudes neste espaço.

Instamos que as demandas e recomendações aqui apresentadas sejam levadas em consideração pelos Estados, agências das Nações Unidas, setor privado, academia e organizações da sociedade civil, para incluir e garantir a perspectiva de crianças, adolescências e juventudes da região, afastando-se do adultocentrismo, tokenismo e evitando o “*youth washing*”.

Estamos em um momento crucial para a Agenda 2030: chegamos à metade de sua implementação e sabemos que estamos longe de cumprir as metas propostas. Nesse contexto, crianças, adolescências e juventudes têm papel fundamental, e devemos ser vistos como grandes aliados para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nós o convidamos a articular-se em uma aliança intergeracional, multicultural, sustentável e respeitosa as diversidades.

Organizações

